



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 06/2022

Período: 05/03/2021 - 11/03/2022

GEDES – UNESP/UNIFESP

- 1- Generais participaram de reunião para definir posicionamento do governo brasileiro quanto ao conflito entre Rússia e Ucrânia
- 2- Historiador falou sobre projeto crítico à ditadura militar
- 3- Cresceu a participação de mulheres nas Forças Armadas
- 4- Flexibilização de regras permite uso civil de armas e munições exclusivas das Forças Armadas
- 5- FAB concluiu Operação Repatriação

1- **Generais participaram de reunião para definir posicionamento do governo brasileiro quanto ao conflito entre Rússia e Ucrânia**

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o governo brasileiro contrariou a tradição diplomática do país e se opôs à postura da maioria das democracias ocidentais ao se posicionar favoravelmente à Rússia no conflito com a Ucrânia. Uma semana antes do início da guerra, o presidente da República Jair Bolsonaro (PL) fez uma visita oficial à Rússia, durante a qual elogiou Vladimir Putin e declarou solidariedade ao país, que já estava na iminência de invadir a Ucrânia. Ainda segundo a reportagem, Bolsonaro convocou uma reunião de emergência para tratar do posicionamento a ser assumido pelo governo, da qual participaram o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto; o chanceler Carlos França, e os ministros general Luiz Eduardo Ramos, secretário-Geral da Presidência, e general Augusto Heleno, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, além do assessor da Presidência para Assuntos Estratégicos, Filipe Martins. Ao menos três membros da reunião teriam defendido que o Brasil deveria seguir a posição dos Estados Unidos perante o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). O Brasil votou pela aprovação da resolução, proposta pelos EUA, que condenava a invasão russa em território ucraniano. Contudo, a Rússia, que preside o Conselho e é membro permanente do grupo, exerceu o poder de veto. O general Carlos Chagas, ouvido pelo periódico, afirmou que “a posição de neutralidade é condizente com a tradição diplomática do Brasil, mas a viagem oficial até a Rússia e as palavras do presidente não são de neutralidade, mas, sim, de uma preferência aos interesses da Rússia. Não sei o que leva os generais que estão com o presidente a sugerir isso. Não tenho

essa informação, sei pelo que li nos noticiários, mas também não vi ninguém desmentindo que o general Braga Netto e o general Luiz Eduardo Ramos estavam aconselhando o presidente nesse sentido. Pelos dados que tenho e pelo que eu aprendi e estudei no Exército, eu entendo que o Brasil deveria se colocar de acordo com nossos interesses. Não se justifica uma posição pró-Rússia". (Correio Braziliense - Mundo - 07/03/22)

2- Historiador falou sobre projeto crítico à ditadura militar

Em coluna opinativa para o jornal *Correio Braziliense*, o historiador Jaime Pinsky contou sobre o projeto que encabeçou, durante a ditadura militar (1964-1985), para criar uma publicação de ciências humanas e sociais com objetivo de divulgar um olhar crítico quanto ao regime, contrariando o tratamento da mídia hegemônica, que colaborava para a narrativa de um governo eficiente, honesto, capaz e até democrático. Apresentou, em conjunto com o sociólogo José de Souza Martins, a ideia ao professor universitário Florestan Fernandes, já considerado à época um intelectual notório, a fim de obter uma proteção mínima da provável repressão militar ao projeto. Pinsky, no artigo, afirmou que Florestan disse que a chance de serem presos pelo regime era enorme, mas, apesar disto, concordou em participar. A publicação, que visava tirar os intelectuais do isolamento a que o regime militar os submeteu, foi denominada "Debate&Crítica" e reuniu diversas personalidades, com posicionamentos divergentes, porém dedicadas a enfrentar um inimigo comum. (Correio Braziliense - Opinião - 07/03/22)

3- Cresceu a participação de mulheres nas Forças Armadas

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o interesse em seguir carreira militar vem crescendo entre as mulheres. A forma de ingresso nas Forças Armadas é diferente da imposta aos homens, uma vez que o alistamento não é obrigatório à população feminina, sendo preciso passar por concurso público para servir de forma voluntária como militares de carreira ou temporárias. De acordo com dados do Ministério da Defesa, atualmente cerca de 33.960 brasileiras integram as Forças Armadas. No Exército, a presença feminina contabiliza 13.122 militares, representando aumento de 6,42% em relação aos anos de 2019 e 2020, e de 11% no período de 2020/2021. Há 53 oficiais que ocupam o cargo de coronel, sendo que cinco exercem a função de comandantes, chefes ou diretoras de Organização Militar. A grande maioria ocupa alguma função de chefia. De acordo com o jornal, a primeira turma composta somente por mulheres, por meio de concurso público, se formou em 1992, na Escola de Administração do Exército em Salvador, estado da Bahia. O *Correio* também rememorou que a primeira mulher a ingressar em uma unidade militar e atuar em combate foi Maria Quitéria de Jesus (1792-1853), declarada, em 1996, patrona do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro e integrante, a partir de 2018, do Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. A reportagem afirmou que o Ministério da Defesa e as Forças Armadas vêm rendendo homenagens, nos últimos anos, às milhares de servidoras de seu quadro para comemorar o Dia Internacional da Mulher. Em coluna opinativa ao periódico *Folha de S. Paulo*, a mestra e doutoranda em sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) e bacharela em

segurança pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Maria Carolina Loss Leite, exaltou a existência e a coragem da cearense Antonia Alves Feitosa. Segundo ela, o dia 8 de março, além de marcar o Dia Internacional da mulher, também relembra o nascimento Jovita Feitosa, ou “Joana d’Arc brasileira” – como era popularmente conhecida. Nascida em 1848, Feitosa é considerada a primeira mulher a se alistar nas Forças armadas brasileiras após tomar conhecimento dos acontecidos – especialmente com as mulheres – na Guerra do Paraguai (1864-1870). Como, à época, somente homens eram permitidos nas Forças Armadas, a jovem cortou os cabelos, escondeu os seios e se alistou disfarçada de homem, o que funcionou e “o soldado” integrou os “Voluntários da Pátria”, se dispondo a lutar na guerra. O disfarce não durou muito e um tempo depois foi descoberta por outra mulher, levando ao fim sua jornada como soldado. Ao tentar retornar à casa de sua família, Jovita foi recusada por seu pai, por tê-lo “desonrado”, e por isso decidiu se mudar para o Rio de Janeiro. Porém, em uma época em que mulheres não podiam nem ao menos votar, não restaram muitos meios pelos quais a jovem pudesse se sustentar, e assim passou a se prostituir. No Rio de Janeiro, conheceu um engenheiro do País de Gales chamado William Noot, com quem planejou construir uma família. Mas, infelizmente, no dia 9 de outubro de 1967 Jovita tirou a própria vida com um punhal dentro do peito no escritório de Noot, após receber uma carta informando o retorno do marido à sua terra natal. A autora finalizou a coluna afirmando que o dia 8 de março “é motivo de orgulho” e “também, o dia de uma de nossas guerreiras. Parabéns, Jovita!”. (Correio Braziliense – Trabalho e Formação – 07/03/22; Folha de S. Paulo - Opinião - 08/03/22)

4- Flexibilização de regras permite uso civil de armas e munições exclusivas das Forças Armadas

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a venda de munições para colecionadores, atiradores desportivos e caçadores (CACs) dobrou em 2021, chegando a 61,3 milhões de unidades, contra 28,5 milhões em 2020. A reportagem afirmou que o aumento do número de armas e munição em posse de CACs se deve à série de normas do governo do presidente da República Jair Bolsonaro (PL), citando como exemplo os decretos que passaram a permitir que qualquer atirador desportivo possa comprar até 60 armas, podendo chegar a adquirir 180 mil munições anualmente. O governo federal já publicou 15 decretos presidenciais, 19 portarias, dois projetos de lei e duas resoluções que flexibilizam as regras. Segundo o jornal, tais medidas não só ampliam o acesso da população a armas e munições como também enfraquecem os mecanismos de controle e fiscalização de artigos bélicos. Além disso, o discurso do presidente corrobora para tamanho crescimento, através de afirmações como “tem que todo mundo comprar fuzil, pô. Povo armado jamais será escravizado”, dita por Bolsonaro, de acordo com o periódico, a apoiadores em agosto de 2021. Com a justificativa de dar segurança jurídica à categoria, o Projeto de Lei 3.723/2019, do governo federal, pode beneficiar ainda mais esse público. Ele está sob a relatoria do senador Marcos do Val (Podemos-ES), que também é CAC, e ainda será votado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ). O projeto de lei é conhecido como “PL da Bala Solta”, e altera pontos importantes da legislação sobre controle de armas e munições no país, prevendo, por exemplo, que os atiradores e caçadores transportem uma arma curta municiada e pronta

para uso, em qualquer horário e trajeto para o local da prática de tiro. Ivan Marques, advogado e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, destacou que o governo facilitou o acesso da população a armas e munições e deu acesso a calibres que antes eram permitidos só a policiais e às Forças Armadas. Procurado pelo jornal, o Exército não quis se manifestar. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 07/03/22)

5- FAB concluiu Operação Repatriação

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, a chamada Operação Repatriação foi concluída com a chegada em Brasília, no dia 10/03/2022, de 52 adultos e 16 menores de idade resgatados do conflito na Ucrânia. Realizada em conjunto pelo Ministério da Defesa e a Força Aérea Brasileira (FAB), a operação levou 11,6 toneladas ajuda humanitária fornecida pelo Ministério da Saúde e doações, como purificadores de água, itens médicos e alimentos; e trouxe ao Brasil 43 brasileiros, 19 ucranianos com laços familiares brasileiros, cinco argentinos e um colombiano. A operação forneceu passagens para aqueles que precisaram se deslocar para suas cidades de origem. Segundo os jornais, o governo brasileiro também fornecerá o visto de acolhida humanitária aos ucranianos trazidos ao Brasil, com possibilidade de conversão para visto permanente. No momento, não há previsão de outro voo como esse. Segundo o ministro das Relações Exteriores, Carlos França, o restante dos brasileiros registrados na embaixada de Kiev, capital ucraniana, poderia ser trazido em voos comerciais. Vale notar que 34 brasileiros permanecem na Ucrânia, ao passo que 200 já fugiram para países vizinhos, segundo estimativas. Em coluna opinativa para a *Folha*, o jornalista e mestre em ciências políticas Bruno Boghossian ressaltou a falta de habilidade com a qual o atual presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), tem lidado com situações emergenciais, e citou como exemplo de resposta tardia o resgate dos cidadãos que fugiram do conflito na Ucrânia, ocorrido quase 15 dias após o início dos confrontos. Por outro lado, em coluna opinativa no periódico *O Estado de S. Paulo*, o jornalista J. R. Guzzo relatou o feito sob outra perspectiva, pontuando que trazer de volta um avião militar com refugiados é uma operação complicada devido ao espaço aéreo ucraniano fechado e à necessidade de aprovação para essa operação. O jornalista enfatizou ainda que várias outras medidas com relação à guerra na Ucrânia foram tomadas. (*Correio Braziliense* - Mundo - 11/03/22; *Folha de S. Paulo* - Opinião - 06/03/22; *Folha de S. Paulo* - Mundo - 11/03/22; *O Estado de S. Paulo* - Política - 06/03/22; *O Estado de S. Paulo* - Internacional - 08/03/22)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes

jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira

Laura Meneghim Donadelli (bolsista CAPES- doutorado)

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Alice Tomazzetti da Silveira

Gabriela Lopes Ferreira

Juliana Haniu

Leticia Beneves (bolsista CNPq)

Maria Júlia Barbosa Sena Nunes Scandiuzzi

Yuugo Gushiken

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos

Débora Cruz Silva

Giovani Nunes de Aguiar

Giovanna Palas Soares Santos

Grazielly Dourado Santos

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima